



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001039-10.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**  
 Requerente: **Tecumseh do Brasil Ltda**  
 Requerido: **Fast Transportes e Comércio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Tecumseh do Brasil Ltda propôs a presente ação contra os réus Fast Transportes e Comércio Ltda. e Banco Bradesco, pedindo a) a declaração de inexigibilidade dos títulos protestados (U-13107, U-13105, U-13100, U-13027, U-13026, U-13025; b) o cancelamento definitivo do protesto dos mencionados títulos; c) a condenação da primeira ré com relação aos danos materiais sofridos pelos clientes da autora; d) a condenação da primeira ré no pagamento de indenização por danos materiais já comprovados, no valor de R\$ 620.500,92 e danos morais, em decorrência do protesto indevido, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Decisão de folhas 243 homologou a desistência da ação com relação ao corréu Banco Bradesco.

A ré Fast Transportes e Comércio Ltda foi citada pessoalmente às folhas 247, porém não ofereceu resposta (folhas 250), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tendo em vista a revelia da ré Fast Transportes e Comércio Ltda., de rigor a aplicação dos efeitos previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de título c/c indenização por danos materiais e morais. Sustenta a autora que: a) aceitou proposta da ré Fast Transporte de Cargas Ltda para que esta procedesse ao transporte rodoviário de cargas e desembarço na fronteira Brasil – Argentina de mercadorias adquiridas por seus clientes Calorex S/A e AutoSal; b) a carga que deveria ter sido entregue ao cliente AutoSal foi entregue ao cliente Calorex e a carga destinada à cliente Calorex, não foi entregue, permanecendo no armazém da corré Fast Transporte de Cargas Ltda até o dia 05/11/2015, quando foi devolvida para a autora; c) o erro da ré ocasionou grande prejuízo à autora e aos seus clientes; d) a autora em 16/11/2015 enviou notificação extrajudicial à ré requerendo o pagamento dos prejuízos por ela causados; e) a ré além de não concordar com a notificação extrajudicial, apontou para protesto, por meio do corréu Banco Bradesco, as duplicatas emitidas em contrapartida aos serviços que deveriam ter sido prestados, mas não foram; f) interpôs a medida cautelar de sustação de protesto com pedido de tutela antecipada nº 1018547-03.2015.8.26.0566 entre as mesmas partes e a mesma causa de pedir.

Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

A robusta prova documental colacionada pela autora, bem como a ausência de resistência por parte da ré, fazem presumir como legítimos os prejuízos materiais suportados pela autora, sendo de rigor a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 620.500,92, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir da citação.

De outra banda, os transtornos suportados pela autora ultrapassaram a esfera do mero aborrecimento. Tanto pelo desgaste com relação a suas clientes que deixaram de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

receber os produtos adquiridos prejudicando o nome da própria autora, bem como pelo apontamento indevido dos títulos junto aos Cartórios de Protesto.

Considerando a situação econômica da partes, tendo em mira o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 22.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da entrega errônea.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar inexigíveis os títulos protestados (U-13107, U-13105, U-13100, U-13027, U-13026, U-13025; b) determinar o cancelamento definitivo do protesto dos mencionados títulos; c) condenar a ré Fast Transportes e Comércio Ltda., no pagamento da quantia de R\$ 620.500,92, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir da citação; d) condenar a ré Fast Transportes e Comércio Ltda no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 22.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da entrega errônea. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.

São Carlos, 27 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**